



10/03/2023 14:05 - Vereadores, entidades e população debatem revisão do valor reajustado



A Câmara Municipal de Porto Velho realizou uma audiência pública nesta quinta-feira (9) para debater alterações no projeto que atualizou a Planta Genérica de Valores e, consequentemente, impactou o valor final do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de milhares de contribuintes.

O tema tem sido destaque nos últimos dias, por conta dos valores elevados do imposto, identificados pela população.

O plenário da Câmara ficou lotado durante a audiência e diversas entidades, principalmente do comércio, tiveram tempo de fala. Os principais pontos questionados foram os estudos que deram norte para a atualização dos valores.

"O que nós defendemos realmente é um estudo pra trazer o valor venal à realidade. Não uma lei abrupta que não entenda nada. Tem que ser feito um estudo, chamar todos os entes da sociedade civil e organizada, principalmente da construção civil, para participar de um estudo que dê credibilidade e transparência para que os IPTUs sejam aumentados. Porque o valor do imóvel não impacta só o IPTU, mas em todo o mercado imobiliário", declarou Júlio Cesa Pinto, presidente do CRECI Rondônia.

Câmara debate novo projeto do IPTU da capital

Video Unavailable

This video may no longer exist, or you don't have permission to view it.

[Learn more](#)

Segundo o vereador Márcio Oliveira, que esteve na Comissão de Finanças até o ano passado, a audiência pública necessária para a votação da matéria foi convocada e ocorreu no plenário da casa de forma presencial e virtual.

"Foram dois anos eu chamando não só para IPTU, mas para várias outras taxas que o contribuinte vai pagar, mas não houve participação da população e de instituições", comentou.

Pelos registros de transmissão da Câmara Municipal, a audiência ocorreu no dia 20 de dezembro do de 2022.

Sobre a divulgação dos estudos que levaram a atualização dos valores da chamada planta genérica, o secretário de Fazenda afirmou à Rede Amazônica que os laudos técnicos foram feitos por uma empresa e analisados por uma comissão composta por servidores de diversas pastas da prefeitura.

"O estudo técnico foi feito por uma empresa contratada e a Comissão fez a análise do material. Após essa análise, foi encaminhada à Casa de Vereadores para aprovação", ressaltou João Altair.

Segundo o líder do governo na Casa de Leis, a solução encontrada é a mais adequada para a crise que se instalou sobre o tema IPTU. O vereador disse também que a Casa seguiu a legislação para a aprovação do projeto no ano passado.

Com a polêmica formada em cima do IPTU desde a semana passada, os parlamentares vão se debruçar sobre as leis que tramitam na Câmara. A primeira foi apresentada pela prefeitura e traz alterações na lei aprovada em 2022, diluindo a atualização do IPTU em dez anos e trazendo de 30% para 10% a cobrança aos municípios.

A outra lei foi apresentada por um dos parlamentares durante a própria audiência pública e pede a revogação total da lei e resgata os valores cobrados em 2021. As duas devem entrar na pauta no início da próxima semana, quando os vereadores voltam a se reunir em uma sessão ordinária.

Cronologia

Na segunda-feira (6), o prefeito de Porto Velho, Hildon Chaves (União Brasil), se reuniu com membros do Tribunal de Contas de Rondônia (TCE-RO) para debater o assunto que tomou a agenda desde a divulgação: os valores do IPTU.

O tema também foi motivo de reunião no domingo (5), com membros do executivo e do legislativo municipal, já que os novos valores foram considerados altos por parte da população. Ainda no domingo, o prefeito anunciou a suspensão do pagamento do imposto até o final do mês de março.

Após a reunião com o TCE-RO, o prefeito entrou em reunião com técnicos da Prefeitura Municipal de Porto Velho (PMPV) para debater o assunto e ajustar uma posição que não pese no bolso e que não fuja da recomendação do TCE-RO.

Na terça-feira (7), Hildon anunciou que o aumento do valor do IPTU será diluído em 10 anos. A prefeitura também suspendeu a cobrança do pagamento do imposto até o próximo dia 31 de março.

Aqueles que já haviam efetuado o pagamento do IPTU deste ano, com valor considerado a mais, podem procurar a Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Velho (Semfaz) e apresentar o comprovante de pagamento. Então um protocolo será aberto para reaver o dinheiro ao morador.

Polêmica sobre documento

Inicialmente a prefeitura havia informado que o tema foi uma recomendação do próprio TCE-RO e do Ministério Público de Rondônia (MP-RO). No sábado, o MP-RO divulgou uma nota informando que não havia feito nenhum tipo de recomendação ao município quanto a valores do IPTU, mas que "instaurou procedimento para estudar o caso".

A recomendação foi, na verdade, feita pelo TCE-RO e pelo Ministério Público de Contas (MPC), que participou da sessão de novembro de 2018.

Fonte: Jefferson Carvalho — Rede Amazônica